

BBVA BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. CNPJ nº 45.283.173/0001-00

Relatório da Administração: Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Aproveitamos para informá-los que não houve aquisição de debêntures. Os Lucros líquidos verificados, após efetuadas as deduções e provisões legais, terão a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) serão destinados ao Fundo de Reserva Legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que o referido Fundo atingir o valor correspondente a, no mínimo, 20% do capital social; b) 5% (cinco por cento) no mínimo para dividendos aos acionistas; e c) o saldo remanescente será o destino que for deliberado pela Assembleia Geral, atendidas as normas legais e estatutárias aplicáveis. A Companhia por deliberação ad referendum da Assembleia Geral, poderá fixar e mandar pagar dividendo semestral, trimestral ou mensal, os dois últimos por conta de Lucros Acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O pagamento de dividendos aprovados pela Assembleia Geral será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da respectiva Ata, sendo certo que a distribuição das ações, provenientes de aumento de capital, será efetuada no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do registro na Junta Comercial competente. A Assembleia Geral de Acionistas poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação aplicável, em substituição total ou parcial, ou em adição aos dividendos. São Paulo, 15 de março de 2023. A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota explicativa	12.2022	12.2021	Passivo	Nota explicativa	12.2022	12.2021
Disponibilidades	4	277	342	Demais instrumentos financeiros passivos		86	55
Instrumentos financeiros		112.487	106.618	Outros instrumentos financeiros passivos	9	86	55
Títulos e valores mobiliários	5	112.487	106.618	Outros passivos		6.759	4.016
Outros ativos		9.517	11.047	Contas a pagar	8a	203	172
Diversos	6	9.517	11.047	Fiscais e previdenciárias	8b	3.901	2.719
Imobilizado de uso		425	133	Provisões trabalhistas	8c	2.037	562
Imobilizado	7	1.035	660	Imposto de renda e contribuição social diferido	12b	618	563
Depreciação		(610)	(527)	Patrimônio líquido	10	115.861	114.069
				Capital Social		56.229	56.229
				Reservas		58.905	57.275
				Outros resultados abrangentes		727	565
Total do ativo		122.706	118.140	Total do passivo e patrimônio líquido		122.706	118.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)						
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		56.229	3.968	60.039	1.171	- 121.407
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	(606)	-	(606)
Lucro do exercício		-	-	-	1.101	1.101
Destinações:						
Reserva Legal		-	55	-	(55)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(55)	(55)
Dividendos distribuídos ref. reservas de lucros excedentes ao capital social	9	-	-	(7.778)	-	(7.778)
Absorção de lucros acumulados		-	-	991	(991)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		56.229	4.023	53.252	565	- 114.069
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	162	162
Lucro do exercício		-	-	-	1.716	1.716
Destinações:						
Reserva Legal		-	86	-	(86)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(86)	(86)
Absorção de lucros acumulados		-	-	1.544	(1.544)	-
Saldos em 30 de junho de 2022		56.229	4.023	51.637	609	- 112.498
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	118	118
Lucro do exercício		-	-	-	3.331	3.331
Destinações:						
Reserva Legal		-	86	-	(86)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(86)	(86)
Absorção de lucros acumulados		-	-	3.159	(3.159)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	56.229	4.109	54.796	727	- 115.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, a administração da carteira de valores mobiliários e fundos de investimento. O Banco, situado à Rua Campos Bicudo, 98 C.J. 162, Jardim Europa, São Paulo - SP, mantém, basicamente, aplicações em fundos de investimentos e ações em companhias abertas (nota explicativa nº 5) para gerenciamento do seu caixa.

2 Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras: a. Práticas contábeis: As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras, foi dada pela Administração em 15 de março de 2023. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • **CPC 00 (R1)** - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; • **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; • **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras. CMN nº 4.524/2016; • **CPC 03 (R2)** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; • **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível. CMN nº 4.534/2016; • **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; • **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; • **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; • **CPC 24** - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; • **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; • **CPC 27** - Ativo Imobilizado CMN nº 4.535/2016; • **CPC 33 (R1)** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; • **CPC 41** - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019; • **CPC 46** - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019. Atualmente, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos.

3 Principais práticas contábeis: a. Auração de resultado: As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, conforme circular BACEN nº 3.068/11, da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. • **Mensuração do valor de mercado:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor de mer-

cado para ativos e passivos financeiros. O Banco estabeleceu controle relacionado à mensuração de valor de mercado sobre a valorização e desvalorização das cotas dos fundos de investimentos e das ações compostas nos títulos e valores mobiliários de seus instrumentos financeiros ativos. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor de mercado de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, de acordo com a resolução 4.748/2019 do BACEN. Os valores de mercado são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor de mercado no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças, caso aplicável. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo e passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço. **e. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, da seguinte forma: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação; Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação. • **Obrigações legais:** referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. F. Imposto de renda e contribuição social: Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo. **Alíquota - (%):** Imposto de renda - 15,00; Adicional de imposto de renda - 10,00; Contribuição social - 21,00; PIS - 0,65; COFINS - 4,00. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Em março de 2021 foi instituída a Medida Provisória nº 1.034 que estabelece em seu Inciso III do artigo 1º nova majoração da alíquota de contribuição social para 25%, com vigência a partir de julho de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 houve alteração no Inciso III do artigo 1º da Lei nº 7.689 de dezembro de 1998 alterando a alíquota da CSLL de 25% para 20%. Em abril de 2022 foi instituída a Medida Provisória nº 1.115 que estabelece em seu parágrafo único do artigo 1º nova majoração da alíquota de contribuição social para 21%, com vigência entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022. **g. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido e provisão para contingência, no entanto, para este últi-

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Receitas da intermediação financeira		7.682	13.937	5.595
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	7.682	13.937	5.595
Resultado bruto da intermediação financeira		7.682	13.937	5.595
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.113)	(8.983)	(2.523)
Receitas de prestação de serviços	13f	4.234	4.234	7.129
Despesas de pessoal	13a	(3.838)	(9.487)	(7.225)
Despesas administrativas	13b	(1.680)	(2.991)	(2.613)
Despesas tributárias	13c	(400)	(742)	(346)
Outras receitas operacionais	13d	574	684	537
Outras despesas operacionais	13e	(3)	(681)	(5)
Resultado operacional		6.569	4.954	3.072
Resultado antes da tributação sobre o Prejuízo e participações		6.569	4.954	3.072
Imposto de renda e contribuição social		(3.238)	(3.238)	(1.971)
Provisão para imposto de renda 12a	(1.911)	(1.911)	(1.148)	
Provisão para contribuição social 12a	(1.327)	(1.327)	(823)	
Lucro líquido do exercício/ semestre		3.331	1.716	1.101
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		59	31	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				
	2º semestre 2022	12.2022	12.2021	
Lucro líquido do exercício/semestre	3.331	1.716	1.101	
Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado				
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(239)	217	(1.003)	
Impostos diferidos sobre valor justo	121	(55)	397	
Total dos itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado	(118)	162	(606)	
Total dos resultados abrangentes do exercício/semestre líquido dos impostos	3.213	1.878	495	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mo, não há a necessidade de sua constituição por não haver processos sujeitos a perdas prováveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo semestralmente. **h. Resultado recorrente / não recorrente:** As políticas internas do BBVA Brasil Banco de Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações de investimento, administração de carteira de valores mobiliários, fundos de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo líquido do Banco no 1º semestre de 2022, no montante de R\$ 1.615 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **4 Componentes de caixa e equivalente caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

Moeda Nacional	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
	28	277	342
Total	28	277	342

5 Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários classificada na categoria de títulos para negociação (cotas de fundos) e disponíveis para venda (ações) está assim representada: **5a. Diversificação por tipo**

	12.2022	12.2021
Carteira própria		
Cotas de fundo	111.093	105.442
Título de valores mobiliários	1.393	1.176
Total	112.486	106.618
Fundo de investimento Itau HIGH GRADE RF CRED PRIVADO	60.242	54.057
Fundo de investimento Itau CORP PLUS RENDA FIXA	16.258	25.561
Fundo de investimento Itau CORPORATE RF	12.473	11.168

7 Imobilizado e Depreciações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos informática e comunicação	Benfeitorias	Total
Custo							
Saldos em 31/12/2021	37	36	86	206	265	30	660
Adições	-	-	-	345	33	-	378
Baixas	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Saldos em 31/12/2022	37	33	86	551	298	30	1.035
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2021	(37)	(28)	(84)	(147)	(201)	(30)	(527)
Adições	-	(1)	-	(55)	(27)	-	(83)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	(37)	(29)	(84)	(202)	(228)	(30)	(610)
Saldos em 31/12/2021	-	8	2	59	64	0	133
Saldos em 31/12/2022	-	4	2	349	70	0	425

8 Outros Passivos: 8a. Contas a Pagar Fornecedores	12.2022	12.2021
	203	172
Total	203	172
Circulante	203	172
Não Circulante	-	-
8b. Fiscais e previdenciárias	12.2022	12.2021
Provisão para imposto de renda	1.911	1.148
Provisão para contribuição social	1.327	823
Outros Impostos e contribuições pagar	663	748
Total	3.901	2.719
Circulante	3.901	2.719
Não Circulante	-	-
8c. Provisões para encargos trabalhistas	12.2022	12.2021
Provisão de Férias	384	265
Provisão INSS sobre Férias	99	68
Provisão FGTS sobre Férias	31	21
Provisão de bônus a pagar	1.523	207
Total	2.037	562
Circulante	2.037	562
Não Circulante	-	-

9 Outros instrumentos financeiros passivos	12.2022	12.2021
Dividendos a Pagar	86	55
Total	86	55
Circulante	86	55
Não Circulante	-	-
Referire-se a dividendos mínimos provisionados aos acionistas no valor de R\$ 86 em dezembro de 2022, referente ao lucro correspondente ao exercício de 2022. A AGEO realizada em 30 de abril de 2021 deliberou sobre o pagamento dos dividendos no valor de R\$ 73 referente ao lucro correspondente ao exercício de 2020 e ao valor de R\$ 15 referente ao lucro correspondente ao exercício de 2018 somados ao valor de R\$ 7.778 referente montante de reservas de lucros que estava excedente ao valor de capital social.		
10 Patrimônio líquido	12.2022	12.2021
Capital social	56.229	56.229
Reservas de lucros	54.796	53.252
Reserva legal	4.109	4.023
Ajuste de avaliação patrimonial		

(Continuação) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estavam dispostos da seguinte forma:

	31/12/2022				31/12/2021					
	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	TOTAL	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Título de valores mobiliários - ações em companhias abertas	1.393	1.393	348	292	640	1.176	1.176	293	294	587
Custo histórico dos títulos de valores mobiliários	-48	-48	-12	-10	-22	-48	-48	-12	-12	-24
TOTAL			336	282	618			281	282	563

Os impostos diferidos são compostos por ações em companhias abertas e reconhecidos no patrimônio líquido sem estimativa de realização, podendo ser alienadas a qualquer tempo, portanto, não havendo previsão de realização dos créditos tributários.

	2º semestre 2022			12.2022			12.2021		
	2º semestre 2022	12.2022	12.2021	2º semestre 2022	12.2022	12.2021	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Benefícios	463	844	961	Varição Selic	329	416	44	44	16
Encargos sociais	735	1.702	1.205	Outras	244	253	16	16	98
Proventos	2.608	6.869	4.978	Dividendos	-	14	98	98	537
Treinamento	32	72	81	Total	574	684	537	537	537
Total	3.838	9.487	7.225	13e. Outras despesas operacionais					

	2º semestre 2022			12.2022			12.2021		
	2º semestre 2022	12.2022	12.2021	2º semestre 2022	12.2022	12.2021	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Despesas de Água, Energia e Gás	16	32	24	Juros e multas	3	681	5	5	5
Despesas de Aluguéis e Condomínios	150	300	256	Total	3	681	5	5	5
Despesas de Comunicações	87	176	162	13f. Receitas de prestação de serviços: As rendas de prestação de serviços referem-se a receita líquida de serviços de assessoria e consultoria prestados ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. com a finalidade de suprimento de caixa nos exercícios assim demonstrados:					
Despesa Manutenção de Bens	-	-	-	2º semestre					
Despesas de Material	5	9	4	2022	12.2022	12.2021	2022	12.2022	12.2021
Despesas de Publicações	17	32	49	2022	12.2022	12.2021	2022	12.2022	12.2021
Despesas de Seguros	14	26	23	4.234	4.234	7.129	4.234	4.234	7.129
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	10	26	26	Total	4.234	4.234	7.129	7.129	7.129
Despesas de Serviços de Terceiros	204	332	275	14 Transações com partes relacionadas: Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados abaixo:					
Despesas de serviços, vigilância e segurança	116	230	206	14a. Outras contas a receber	12.2022	12.2021	12.2022	12.2021	12.2021
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	912	1.596	1.472	Banco Bilbao Vizcaya	4.457	7.505	4.457	7.505	7.505
Despesas de Transportes	36	67	30	Total	4.457	7.505	4.457	7.505	7.505
Despesas de amortização e depreciação	47	82	64	Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Banco possui valores a receber conforme nota 6, referente ao contrato de SLA, com sua matriz Banco Bilbao Vizcaya S.A. de R\$ 4.457 e 7.505 respectivamente. 14b. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da Administração são os diretores executivos. A remuneração paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi no montante de R\$ 2.885 (R\$ 3.064 em 31 de dezembro de 2021), registrada na rubrica despesas com pessoal. 15 Outras informações: a. No período e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos. b. Os ativos foram					
Outras Despesas Administrativas	66	83	22	acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de					
Total	1.680	2.991	2.613						

	2º semestre 2022			12.2022			12.2021		
	2º semestre 2022	12.2022	12.2021	2º semestre 2022	12.2022	12.2021	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Cofins	330	584	230						
Pis	54	95	38						
IPTU	6	22	31						
Outros impostos e taxas	10	14	14						
IOF / IOC - despesas tributárias	-	27	33						
Total	400	742	346						

	2º semestre 2022			12.2022			12.2021		
	2º semestre 2022	12.2022	12.2021	2º semestre 2022	12.2022	12.2021	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Varição Cambial Ativa	-	-	379						
Descontos Obtidos	1	1	-						

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: A Diretoria e Acionistas do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("BBVA") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 25 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que**

revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período. c. No período/exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, não existiam aplicações em títulos classificados como mantidos até o vencimento. d. A administração do BBVA avaliou potenciais efeitos nas operações locais e internacionais (controlador) decorrentes da pandemia COVID-19 e concluiu que não existem impactos significativos, bem como alterações relevantes nas estimativas utilizadas na apresentação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022. **16 Acordo de basileia (limite operacional):** Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites do Banco são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 foi de 77,96% (109,36% em dezembro de 2021). **17 Gerenciamento de riscos:** Em que pese à condição atual pré-operacional, o Banco adota uma estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos Riscos e em conformidade com as Resoluções em vigor: **17a. Gerenciamento da estrutura de capital:** A Companhia mantém estrutura de gerenciamento de capital integrada à estrutura de gerenciamento de riscos, que permite o monitoramento e o controle do seu capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição, seguindo os requerimentos da Resolução CMN nº 4.606 de 19 de outubro de 2017. A companhia está enquadrada no segmento S4 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRSA), mantendo patrimônio líquido mínimo dentro dos limites da regulamentação do Banco Central do Brasil. **17b. Risco operacional:** O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração. **17c. Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação às operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17. **17d. Risco de liquidez:**

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez a Companhia busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse. **17e. Risco de crédito:** A diretoria executiva mantém uma adequada estrutura de funcionamento para o atual nível de operação da instituição estando em conformidade com as políticas e normas estabelecidas pelas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) no tocante e observação e das boas práticas de mercado que envolva possíveis riscos mercado, operacionais, gerenciamento de risco de crédito, ainda que não tenhamos uma carteira ativa de clientes, bem como a gestão de risco de liquidez pautado em política interna de gerenciamento, monitoramento de melhor utilização de recursos existentes para suportar despesas operacionais visando uma adequação de possíveis riscos de crédito, em que se determinam as responsabilidades, estratégias para a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **18 Nota de Eventos subsequentes:** A Lei nº 14.446 de 02 de setembro de 2022, altera a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988 que institui a Contribuição Social sobre o Lucro das pessoas jurídicas. A Lei determina a aplicação, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie, até 31 de dezembro de 2022. Assim a partir de janeiro 2023, a alíquota retorna a 20% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção, buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o BBVA Brasil Banco de Investimento S.A, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados. Sobre a referida decisão do STF sobre o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, não prevemos impactos financeiros relevantes para o BBVA Brasil Banco de Investimento S.A, com relação à CSLL, seja em sua posição de caixa ou nos resultados dos exercícios, já que todos os recolhimentos de CSLL foram feitos integralmente a partir de 2007.

A Diretoria Ouvidoria: Tel.: 0800-772-3500
Latocelli Consulting Solutions Ltda. CRC/SP 026.948/O-9

Rodrigo Martins
Contador Responsável - CRC 1SP 278.846/O-4

localização relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacio-

nal do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023.
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fabricao Aparecido Pimenta Contador - CRC-1SP241659/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>